

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e a crise do capitalismo potencializaram o estudo e a importância da Economia que passou a influenciar de forma crescente as ciências sociais em geral, e a História em particular. Os sucessivos encontros da História com a Economia fizeram florescer a História Econômica, gerando uma diversidade de pesquisas, que combinam diferentes métodos e técnicas de análise e pesquisa histórica.

Nos limites deste trabalho, buscamos a apreensão deste processo a partir da leitura e discussão dos textos de José Jobson de A. Arruda, Caio Prado Júnior e Carlos Manuel Pelaez e Nicea Vilela Luz.¹ Não obstante, como pretendemos demonstrar, a discussão sobre as posições dos autores sobre a pesquisa no campo da História Econômica remete para o próprio método da História, isto é, para a discussão da constituição da própria História no campo das Ciências Humanas e da difícil, complexa e necessária interdisciplinaridade e intersubjetividade no campo das ciências sociais.

OS AUTORES

O desenvolvimento da Economia e a gênese da História Econômica são identificados por José Jobson de A. Arruda, com a própria afirmação, desenvolvimento e crise do capitalismo. Para a crítica da História Quantitativa, o autor estabelece o momento em que a mensuração passou a ocupar cada vez mais espaço nas sociedades, estreitamente relacionada à ampliação do comércio e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nestes termos, da crise do sistema feudal e do desenvolvimento capitalista, a necessidade de precisão e quantificação expressa-se na alteração dos símbolos matemáticos, no surgimento da estatística e das séries estatísticas. Com desigualdade no tempo e no espaço, a esfera da precisão suplantou as formas “imprecisas” de sociedade.

Assim, a História Econômica, que sempre esteve presente na História das civilizações, imbricada e explicada através da história política, religiosa ou institucional,

¹ Trata-se dos textos de Arruda, José Jobson de A. “História e Crítica da História Econômica Quantitativa”. Separata da Revista de História nº 110. São Paulo, USP, 1977. pp 463-481; Prado Jr. Caio. “História Quantitativa e Método da Historiografia. Debate e Crítica, São Paulo, 6: 1-20, Julho de 1975 e Luz, Nícia Villela & Peláez, Carlos Manuel. “Economia e História: O Encontro Entre Os Dois Campos de Conhecimento”. IN: Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, Julho/Setembro de 1972, pp (?).

com a importância crescente da esfera econômica, nos marcos do desenvolvimento do capital comercial, constitui-se em unidade autônoma do conhecimento. Conforme Jobson, a História Econômica confunde-se com a História do desenvolvimento do comércio.²

As profundas transformações econômicas, cuja revolução industrial é uma das maiores expressões, as mudanças na agricultura, reorientaram os trabalhos na História Econômica e, para Jobson:

*“ Por volta de 1840, a História Econômica adquire os primeiros delineamentos. Faltavam, contudo, dois traços essenciais: introduzir o sentido histórico na economia e marcar os fatos econômicos no conjunto da História. A década de 1879 a 1889 viu a História Econômica atingir sua maturidade e independência”*³

Pra atingir esses objetivos, foi necessário o encontro da História e da Economia. A partir desta identificação, Arruda estabelece quatro momentos – poderíamos dizer métodos - do encontro da História e da Economia e os avanços, limites e retrocessos destes encontros na pesquisa e desenvolvimento da História Econômica.

Inicialmente, aponta a influência do marxismo, que possibilitou a integração da análise econômica e explicação histórica. A segunda influência veio da Escola Histórica Alemã da economia política, para a qual não há leis universais, existem apenas conjuntos e estruturas e a preocupação da História deve ser as contingências definidas no tempo e no espaço.⁴

Da conjugação das duas tendências anteriores emerge a Escola dos *Annales* que, sob o impacto da crise capitalista de 1929 reorienta os trabalhos de historiadores para o estudo dos ciclos e das flutuações econômicas, originando a História Quantitativa “(...) para a qual os números, as séries estatísticas, os orçamentos e as contabilidades nacionais, seriam o dado fundamental”.⁵ Sob o desenvolvimento da crise capitalista e o peso crescente da Economia para compreensão dos fenômenos contemporâneos, há uma incursão de economistas na história. A radicalização dos métodos e procedimentos da Economia na História é desenvolvida pela escola de origem anglo-saxã de economia, nomeada como

² Arruda, José Jobson de A. Op.cit. pp.467-468.

³ Idem, ibidem, p 468.

⁴ Idem, ibidem.

⁵ Idem, p 469.

New Economic History. Assim, com o quarto encontro entre Economia e História, podemos subdividir o que denominamos História Quantitativa - a partir da definição do método, das técnicas de análise e pesquisa - em 3 vertentes: História Serial, História Quantitativa e New Economic History.

A História Serial Francesa, a partir das contribuições – e diferenças - de François Simiand, Ernest Labrousse, entre outros, utiliza como método de pesquisa a constituição de séries extraídas e reinseridas em seu contexto histórico-social, o que permite a apreensão, a partir da elaboração de gráficos, de uma determinada dinâmica histórica que, comparada e associada a outros elementos, possibilitam uma maior compreensão e explicação do processo histórico. A utilização e o controle das fontes e séries estatísticas utilizadas, através da crítica histórica, e a preocupação em não utilizar anacronicamente conceitos elaborados para compreensão do presente no passado, conduz a identificação e necessidade metodológica de construir as diferentes teorias histórico-econômicas adaptadas aos diversos sistemas econômicos na história. A utilização de novas fontes, a crítica da documentação, principalmente na constituição de séries estatísticas anteriores ao século XIX, a introdução consciente da estatística na história, alicerçada pelo método historiográfico, contribuíram para significativos avanços na produção historiográfica.

Sobre um dos expoentes da História Serial afirma Jobson Arruda:

“Coube a E. Labrousse a colocação de problemas essenciais, tais como a repartição desigual das rendas e seu papel nos conflitos sociais; a análise das razões profundas das revoluções ocorridas na França no século XVIII e XIX; a relação entre os movimentos longos e os movimentos curtos, responsáveis pelos sobressaltos sociais e crises políticas decisivas; a criação original do conceito de ‘crise do antigo tipo’⁶”.

A partir da diversificação e desenvolvimento de estudos da história apoiada em séries numéricas emerge “uma nova História Quantitativa” que, a partir de uma preocupação legítima com a apreensão dos “agregados sociais”, estabelece modelos de apreensão da realidade que se caracterizam por ignorar as especificidades históricas. Um dos exemplos significativos é o método utilizado por Jean Marzewsh, que consiste na

⁶ Idem, p. 472.

aplicação retroativa dos métodos da contabilidade nacional, a partir da utilização de modelos que permitiriam considerar as grandezas econômicas em qualquer sociedade.

A nova forma de abordagem na aplicação da estatística e utilização dos modelos desenvolvidos pela Economia na história provocam um intenso debate entre História Serial e História Quantitativa. Não obstante, a partir das bases lançadas por Kuznets, surge, nos EUA, a New Economic History, preconizando que uma Nova História Econômica deveria fundamentar-se em dados estatísticos. Segundo Arruda:

*“Quatro são as posições fundamentais: definir precisamente as questões objeto da análise e definir operacionalmente as variáveis relevantes; construir modelos abrangentes para a resposta às questões colocadas; levantar evidências quantitativas e qualitativas; testar o modelo em relação aos dados levantados”.*⁷

O instrumento utilizado por essa “Nova História Econômica” é a análise regressiva, e a ausência de dados constitui a sua maior limitação. Não obstante, a forma de superação desta limitação revela o método utilizado. Isto é, a ausência de dados, segundo seus defensores, não invalida o método já que, quanto mais limitados os dados, mais poderosos precisam ser os métodos aplicados. Desta forma, os modelos formulados para equacionar determinadas questões superam os dados e os substituí. Decorre que, como observa Arruda, para além de consistir em uma história assentada unicamente em dados estatísticos, ela limita o recuo ao passado à utilização de dados e técnicas de simulação para testar hipóteses pouco eficientes em termos históricos.

De acordo com Arruda, A História Quantitativa tem um papel de destaque na História Econômica, “(...) evoluiu de Simiand para Labrousse, Chaunu e Mauro. Com Marzewski e a New Economic History extremou-se no sentido da econometria, mais do que no da História”.⁸ Desta forma, a utilização extremada dos instrumentos de mensuração fornecidos pelos economistas tem conduzido a um esforço constante de redefinição conceitual e é preciso evitar que a História Econômica converta-se em “exercício estéril de lógica”. Esse pretense caráter de impessoalidade conferido pelo emprego da estatística na produção de uma história técnica, com adoção de modelos matemáticos complexos e

⁷ Idem, p. 472.

⁸ Idem, p. 479.

rigorosos, tem uma clara conotação ideológica que, sob a aparência de uma “neutralidade” científica produz uma história linear, sem atores sociais, classes e luta entre as classes, constituindo-se numa história apologética do capitalismo.

Para Arruda, ainda que a utilização dos instrumentos estatísticos tenha sido uma exigência do capitalismo monopolista em crise, na perspectiva de aplicar estudos estatísticos no passado para evidenciar crises futuras, o que, portanto, confere um caráter de engajamento desta produção historiográfica, os historiadores não devem descartar a aplicação da matemática e dos estudos estatísticos na produção histórica. Devem, antes, redefinir o seu papel, dentro do caráter fundamental do objeto histórico, a totalidade. Assim, a História Quantitativa é entendido como um meio, e não um fim em si mesma, deve ser um instrumento que possibilite adensar a análise qualitativa e não substituí-la.⁹

Caio Prado Júnior identifica o surgimento e o desenvolvimento da História Quantitativa, no marco de uma necessária renovação historiográfica. Contudo, a superação do método descritivo, de encadeamento linear de datas e fatos e a necessária superação e renovação metodológica encontram limites e, mesmo, obstáculos na medida em que a História Quantitativa oblitera a apreensão dos historiadores para os elementos centrais que possibilitariam a constituição da História sob novas bases, particularmente na pretensão da História Quantitativa superar a História Qualitativa e opor-se a ela.

Depois de rejeitar os métodos da New Economic History, de econometria e modelos de análise retrospectiva, desenvolve seu trabalho de crítica da História Quantitativa na sua vertente serial. Com bastante pertinência, remete a crítica à elaboração de uma História Quantitativa para a apreensão metodológica das bases epistemológicas em que se constitui.

Neste sentido, para o autor, os limites e equívocos de uma História Quantitativa, que pretende superar a História Qualitativa, radicam em dois aspectos centrais: o primeiro reside na permanência de resíduos de uma lógica aristotélica – metafísica – que concebe, aparta e contrapõem, na apreensão da realidade, os conceitos de quantidade e qualidade. A partir da lógica dialética reconstituí a unidade, ainda que na diversidade, entre quantidade e qualidade, redefinindo o conceito de quantidade numa relação dialética com qualidade – quantidade como mensuração de uma determinada qualidade e a qualidade como expressão de determinada quantidade.

⁹ Idem, pp. 479-481.

Com a ruptura e superação da lógica formal na apreensão dos conceitos e com o uso da dialética, resgata a interpenetração dos conceitos para constituição de identificação e diversificação dos fenômenos naturais e históricos, apontando a imprecisão metodológica na utilização e definição do conceito de uma História que se pretende quantitativa.

O segundo aspecto apontado por Caio Prado Júnior são as circunstâncias e fatores que inferiram “tão vigorosamente” na epistemologia da História. Identifica que no pós-guerra, a dimensão adquirida pelos métodos dos economistas, preocupados com a questão do “desenvolvimento econômico”, penetraram os domínios da historiografia, que incorporou as técnicas de análise econômica. Essas técnicas, assentadas na análise de fatos monetários, naturalmente quantificáveis, emprestaram, através das formulações e utilização de modelos e equações matemáticas, uma aparência de maior cientificidade, distanciamento e imparcialidade nas pesquisas históricas. Não obstante, para Caio Prado Junior, nada mais falso e pretensioso. Efetivamente, se os métodos e modelos desenvolvidos pela Economia – ou antes por determinadas correntes da Economia – são passíveis de inúmeras críticas mesmo para análise da sociedade capitalista contemporânea para a qual são formulados, a sua aplicabilidade e utilidade para apreensão do passado tornam-se ainda mais crítica. Desta forma, para Caio Prado Junior, os historiadores, ou uma parte deles:

“(...) aparentemente não notaram ou deixaram em segundo plano sem maior consideração, que estavam, com isso transportando, anacronicamente para situações inteiramente distintas, conceito e modelos aplicáveis talvez (e assim mesmo restritamente e através de inúmeras concessões a exigências teóricas) somente a sociedades altamente desenvolvidas”¹⁰.

Não é difícil observar que esta atitude não esta desvinculada da perspectiva de determinadas correntes da Economia, ligadas a interesses que pretendem apresentar o capitalismo como sistema universal.

Desta forma, a história quantitativa pretende renovar e superar a historiografia tradicional com a força e inspiração dos modelos oferecidos pela Economia, erigindo a quantificação como elemento basilar. Para Prado Júnior:

¹⁰ Prado Júnior, Caio. Op cit. P. 5.

*“Onde Chaunu e seus colegas quantitativistas acertam ao pretenderem traçar os rumos da nova historiografia destinada a superar o ‘fato individual’, é ao proporem a substituição dele pelo ‘elemento integrável...’; mas integrável em que? Para Chaunu – e aí ele descamba no quantitativismo autêntico -, o elemento seria para integração não no processo histórico propriamente (que seria o certo, e sobre o que voltaremos adiante), mas, nos termos de sua definição, numa ‘série homogênea’ à qual fosse possível aplicar ‘os procedimentos matemáticos clássicos das séries’. (...)”*¹¹

Na seqüência, o autor evidencia os limites para quantificação e constituição de séries homogêneas que não podem prescindir de uma análise qualitativa prévia e decisiva. Em outros termos, a quantificação e a constituição de séries não podem operar apartadas do contexto histórico, econômico, social, político, geográfico de onde são fatores e produtos. Neste sentido, a quantificação como método que pretende superar a História Tradicional e opor-se a História Qualitativa, encontra seus limites na própria configuração e complexidade do objeto da História, a dinâmica das sociedades humanas no tempo. Assim,

*“O fato é que a maior e principal parte das circunstâncias que ocorrem na configuração e dinâmica do processo histórico, que é o assunto central da historiografia, não são por natureza quantificáveis”.*¹²

Decorre que, a quantificação tem na análise e pesquisa histórica um papel subordinado, complementar. A História distingue-se das ciências nomotéticas pelo seu objeto. Na Física, por exemplo, os conceitos de qualidade – tempo e espaço – são expressos de maneira quantificada. A especificidade e complexidade do objeto da História limitam a utilização extremada de abstrações que possam ser generalizadas em expressões matemáticas. Os conceitos de quantidade e qualidade constituem mecanismos de estruturação lógica na apreensão do real. Mas, no processo de cognoscibilidade da unidade intrínseca que constituem os objetos é preciso distinguir os próprios conceitos. Isto é, reconhecer na unidade do objeto a qual dimensão se referem, que estrutura comportam e o que os diferencia no processo de compreensão humana. Assim, é possível identificar que a

¹¹ Idem, p. 6.

¹² Idem, p. 7.

qualificação expressa e corresponde a um processo mental que busca apreender a totalidade – a relação dialética das múltiplas decomposições operadas pelo pensamento em quantidades e qualidades, identidade, unidade e diversidade inerente a um determinado objeto.

O conhecimento histórico exige pois o uso de instrumentos da lógica dialética para apreensão da dinâmica do objeto de estudo. Para Caio Prado Júnior, ainda que as obras de Chaunu estivessem impregnadas deste sentido de mudança e transformação, a rejeição ou inconsciência dos termos da lógica dialética, limitaram o próprio sentido de renovação historiográfica que pretendiam os quantitativistas. Assim, a verdadeira renovação historiográfica reside no conhecimento e manejo dos instrumentos da lógica dialética formulados por Hegel e que ganhou expressão prática nas obras de Marx.

Como esclarece Caio Prado Junior, a medida, a quantificação de qualquer circunstância não é o mesmo que essa circunstância. Assim, a contribuição da constituição de séries e da estatística ou outros dados quantitativos configuram-se como elementos subsidiários, complementares e esclarecedores sob algum aspecto ou pormenor. Não obstante, não se trata de subestimar o papel da quantificação no processo de conhecimento, mas de situá-la neste processo. Desta forma, a quantificação é importante para o relacionamento das distintas circunstâncias que compõem a realidade, seu manejo permite revelar e precisar relações das quais é produto. Uma outra contribuição importante é o restabelecimento, na historiografia, da utilização do conceito de quantidade para aferição, observação e identificação de mudanças qualitativas nos processos históricos, embora, lamenta o autor, esta perspectiva não tenha sido explorada.

Carlos Manuel Pelaez e Nícia Villela Luz, em seu artigo, “Economia e História: O Encontro entre dois campos do conhecimento”, identificam o interesse dos economistas na História vinculados à formulação de teorias de desenvolvimento, quando a História permitiria identificar os elementos, obstáculos e potencialidades de desenvolvimento das distintas sociedades e, na medida do possível, possibilitaria extrair lições do passado para prevenção de crises futuras.

Analogamente, o interesse dos historiadores pela Economia vincula-se à grande importância atribuída aos fatos econômicos e a crescente utilização, na análise histórica, de

novas técnicas, na busca de oferecer maior objetividade e precisão ao conhecimento histórico.

Os autores avaliam que, apesar de alguns brilhantes resultados, o encontro entre os dois ramos de conhecimento não produziu muitos frutos. As dificuldades na aproximação residem, segundo os autores, nas formas distintas de exposição, nas maneiras diferentes de análise e na utilização de métodos peculiares, inerentes às respectivas esferas de conhecimento.

No caso do Brasil, salientam, a falta de informação constitui a principal causa de desentendimento entre o economista e a História. A partir da crítica de extratos das obras de Celso Furtado e Nathaniel H. Leff,¹³ explicitam as diferenças entre o método de economistas e historiadores. Por parte dos economistas, destacam a pouca importância ou ignorância da cronologia e periodização, fundamental para pesquisa, conhecimento e explicação histórica. Este elemento evidencia a imprecisão metodológica para abordar os diferentes aspectos econômicos ao longo do tempo. Enquanto na História a identificação, observação e registro dos momentos da mudança são fundamentais, os modelos desenvolvidos pela Economia enfatizam as tendências seculares, obliterando a observação dos impulsos e erupção de mudanças. A utilização de modelos e projeções tende a velar e mascarar as lacunas históricas, enquanto para o historiador a busca por superar as lacunas, através da compreensão da especificidade de cada momento histórico, assim como identificar as causas, origens e momentos de transformação, são fundamentais.

Os autores chamam atenção para a tendência das demais ciências sociais, de transposição para o passado de conceitos, métodos e perspectivas utilizadas para a análise do presente, em situações qualitativamente distintas, incorrendo em anacronismo. Na seqüência, situam sua crítica na perspectiva de destacar as distinções nas técnicas e métodos de economistas e historiadores, para promoção da integração das diferentes disciplinas.

Transitando da incursão dos economistas na História para a exploração da Economia pelos historiadores, iniciam sua crítica aos últimos no que definem como

¹³ Trata-se da obra de Celso Furtado, “Formação Econômica do Brasil” e “Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro”, de Nathaniel H. Leff, Revista Brasileira de Economia, v. 26, n° 1: 3-12, Rio de Janeiro, 1972.

“pseudoteorizações sem conhecimentos básicos suficientes”.¹⁴ Reconhecem que a História, como disciplina essencialmente qualitativa, tem operado, de forma crescente, com métodos e técnicas quantitativas. Apesar de vislumbrarem os efeitos profícuos entre os dois campos de conhecimento, levantam objeções aos rumos que as pesquisas têm tomado. Para o desenvolvimento de sua crítica utilizam o trabalho, na época ainda em desenvolvimento, de Eulália Maria Lahmeyer Lobo e sua equipe que, identificando os métodos e técnicas como os utilizados na História Quantitativa, não explicam como, quais métodos e critérios utilizaram para manter a homogeneidade dos dados para constituição das séries.

Uma segunda crítica abordada pelos autores é que, tendo por objetivo analisar e identificar por meio dos preços o processo de transição para o capitalismo, a proveniência dos dados utilizada é oriunda da produção interna e externa. Assim, questionam o método utilizado pelos autores, que pretendem identificar o período de transição a partir dos preços, tomando por base produtos, por um lado de uma economia pré-capitalista e, por outro, de um capitalismo já desenvolvido.

Uma outra contradição apresentada é que o trabalho de Lobo resgata o caráter da constituição de séries para a produção de uma história quantitativa, conforme definidas por Labrousse, isto é, como complementar a interpretação qualitativa e, observam críticos, a ausência e a subsunção da História Qualitativa no trabalho. Assim, já que adotam o método quantitativo como instrumento de análise, isto é, se pretendem chegar à qualidade através da quantidade, ao tomar a quantificação como meio para obtenção de afirmações de ordem geral, não tomam cuidado ao conceituar e apoiar certas afirmações qualitativas com dados quantitativos. Estendendo sua crítica, observam a imprecisão no uso de conceitos econômicos, fundamentais numa análise que se pretende econômica, principalmente no que tange ao uso do conceito de inflação.

A partir destas observações de ordem metodológica, procuram restabelecer os resultados “intuídos” de economistas sobre a inflação no período imperial – questionados pela pesquisa de Lobo – contrapondo um novo método para reconstituição dos preços. A partir daí inferem que Lobo cai em contradições quanto ao resultado obtido. A segunda conclusão é sobre o campo da metodologia e a necessidade de resgatar a complexa unidade do processo social esquadrihada pelas distintas ciências sociais. A apreensão desta

¹⁴ Luz, Nícia Villela & Peláez, Carlos Manuel. Op. cit. p (?).

unidade não pode prescindir da interdisciplinaridade. Para os autores, a História Econômica realizou com algum sucesso esse trabalho. Para avançar neste campo, o economista deve conhecer a História e, inversamente, o historiador econômico deve dominar a teoria econômica, dados e teoria estatística, além, evidentemente, de não prescindir das qualidades necessárias à pesquisa histórica.

HISTÓRIA ECONÔMICA

Depreende-se do exposto que os autores supracitados reconhecem a característica peculiar da História enquanto campo de conhecimento que não pode prescindir da análise qualitativa para a apreensão de seu objeto de estudo ao mesmo tempo em que identificam o caráter complementar e subsidiário da quantificação para maior precisão e apreensão da análise. Não obstante, é preciso apontar que abordam esses aspectos, a partir destas características gerais, de distintas maneiras.

Jobson Arruda identifica a trajetória da História Econômica e sua crítica à História Quantitativa a partir do desenvolvimento, crise e identidade com o próprio capitalismo. Neste sentido, sua abordagem possibilita distinguir as diferentes formas e métodos de apreensão do quantitativo pela História Econômica ao mesmo tempo em que permite identificar a extrapolação do método econômico na produção historiográfica.

Neste sentido, há um ponto de identidade com a perspectiva de Caio Prado Júnior, que também identifica as circunstâncias e contingências históricas que atuaram sobre a produção historiográfica. Embora Villela Luz e Pelaez apontem para essas circunstâncias, centralizam seu texto na crítica à utilização do método no processo de interação dos dois campos de conhecimento.

A crítica e, neste sentido, também a proposta de superação, mais profícua é a de Caio Prado Junior que remete a discussão para a própria epistemologia da História, isto é, através de quais mecanismos se apreende o real, se estrutura e constitui o conhecimento. Neste sentido remete para a dialética que, através de seus conceitos, permite apreender a própria natureza da história: o movimento, a dinâmica das sociedades no tempo.

José Jobson de A Arruda faz referência ao método de quantificação conforme realizado por Lenin que, a partir do número de greves qualificou uma nova situação política

na Rússia. Em uma das passagens de seu texto, Caio Prado Júnior reivindica a importância da quantificação para a identificação de alterações qualitativas, embora lamente que esta expectativa não tenha sido explorada. Neste sentido, queremos apontar para uma convergência teórica entre os dois autores na apreensão da relação dialética dos conceitos de quantidade e qualidade.

Nesta altura, pretendemos evidenciar a diferenciação dos dois conceitos e sua necessária unidade para apreensão da realidade a partir de duas obras marxistas referentes a um mesmo fenômeno. Trata-se da abordagem do imperialismo conforme exposto por Lênin e Rosa Luxemburgo.¹⁵ Ou seja, buscamos a precisão destes dois conceitos, nos marcos apresentados por Caio Prado Junior, à luz de uma comparação do estudo do imperialismo, fenômeno cuja importância para a História e a Economia dispensam maiores considerações, realizados por dois marxistas. Para alcançarmos este objetivo, nos limites deste trabalho, nos deteremos apenas nas referências dos autores sobre o acúmulo de capital para constituição, explicação e conceituação do imperialismo.

Para Rosa Luxemburgo, o processo de acumulação capitalista, caracterizado pela inversão cada vez maior de mais-valia para a reprodução ampliada, redundando num processo de superprodução de mercadorias, que condensa as respectivas partes do capital (constante e variável) e um quantum a mais de mais-valia, que precisa converter-se em dinheiro - como equivalente geral de valor - e decompor-se novamente em capital constante, variável e lucro. Como o ímpeto do capitalista é a obtenção de um lucro ao final do processo produtivo e como a classe trabalhadora só pode obter em mercadorias a parte que lhe é destinada no processo produtivo, isto é, o capital variável; e como, ainda que uma fração da mais-valia condensada na mercadoria se decomponha em dinheiro através da subsistência da burguesia, na obtenção de artigos de luxo, na manutenção do estado e sustentação de outros parasitas sociais, apresenta-se o problema da conversão da mercadoria para a forma dinheiro para a reprodução do capital social. Esse impasse para a realização da mais-valia se expressaria nas conjunturas de expansão seguidas de depressão. Não obstante, as variações seriam apenas fenômeno superficial de um movimento mais profundo.

¹⁵ Todas as referências a Lênin e Rosa Luxemburgo que fazemos referem-se as seguintes obras: Luxemburgo, Rosa, “A Acumulação do Capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo” Tradução de Moniz Bandeira, 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores. Lênin, Vladimir Ilitch, “O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo”. 2ª edição, Centauro Editora, São Paulo, 2003.

Assim, para Rosa, o processo crescente de acúmulo de capital necessita de formações econômico-sociais não capitalistas para decompor a mercadoria em dinheiro e realizar a mais-valia. A concorrência entre os diversos capitais individuais para realizar mais-valia converte-se numa disputa por mercados que integrem formações sociais e modos de produção não capitalistas – ou para usar um conceito de Rosa, economias externas.

Face ao exposto, a relação entre o processo de acumulação capitalista e a emergência do imperialismo surge como uma questão apenas quantitativa, isto é, um aumento quantitativo da produção - ainda que crítico - que precisa ampliar o mercado e a influência sobre outras regiões para realizar mais-valia, obter mão-de-obra e matéria-prima para o período de expansão. Ou seja, na perspectiva de análise econômica do modo de produção capitalista, o imperialismo é apenas mais do mesmo, ampliação e limites do processo de reprodução capitalista determinado pelo subconsumo da classe trabalhadora.

Aproximemos nossa atenção sobre outro autor. Lenin define o imperialismo, a partir do próprio título de sua obra, como uma fase específica do capitalismo. Identifica que na produção capitalista o processo de acumulação do capital transforma as bases da própria acumulação. No processo de acúmulo de capital, em meio à anarquia e a concorrência da produção capitalista, opera-se um processo de concentração e centralização de capital que se constituem na forma de trustes e monopólios. A concorrência, dialeticamente, engendra, como antítese num determinado nível econômico, os monopólios. Contudo, os monopólios, em si, não significam a supressão de toda a concorrência, mas a sua potencialização num nível superior.

Desta forma, o acúmulo de capital, através do processo de concentração e centralização, altera a própria estrutura do processo de reprodução capitalista. Conforme Lênin, que sintetiza as cinco características distintivas do imperialismo nesta fase do capitalismo, o capital bancário funde-se com o capital industrial; opera-se a exportação de capitais e não apenas de mercadorias; estabelecimento de monopólios; associação internacional dos capitais e divisão do globo entre as grandes potências. Nestes termos, como síntese, vislumbra uma alteração qualitativa. Diferente de Rosa, não se trata da disputa de mercados pelos diferentes capitais para realizar mais-valia. Ao contrario, a mudança, o novo não é a exportação de mercadorias; para além da exportação de mercadorias o que se impõe é a exportação de capitais sob novas bases, isto é, o acúmulo e

concentração de capitais centralizados pelo capital financeiro, operando e produzindo sob a forma de monopólios. Assim, a exacerbação da disputa pelas áreas coloniais e semicoloniais converte-se na disputa para inverter capitais, isto é, decompor a forma dinheiro em capital constante e variável sob condições extremamente favoráveis (abundância de matérias primas, baixos salários, transição para economia capitalista fundamentada sobre a base monopolista) para extração de mais-valia.

Evidentemente, os autores, através da mudança que identificam, desdobram sua análise em referências e conclusões sobre o impacto político, econômico e social, contudo, não nos deteremos nestes aspectos. Gostaríamos apenas de ressaltar que Rosa Luxemburg inicia seu estudo sobre o imperialismo com o objetivo de superar uma lacuna da teoria econômica, o problema da realização da mais-valia. Desenvolve o seu trabalho, podemos dizer, num plano fundamentalmente abstrato. Ao pretender apreender e definir o imperialismo, superando o que considera uma lacuna na teoria econômica, desdobra sua análise na busca da superação dos impasses teóricos e deixa de observar o movimento real da economia, obliterando sua própria análise do fenômeno. Assim, a saída apresentada é quase matemática: se a classe trabalhadora só pode absorver em mercadorias a quantidade de capital variável e se a burguesia, por maior que seja o seu consumo, não pode converter todo o valor da forma mercadoria em forma dinheiro para realizar mais-valia, o impasse é superado através da instituição e introdução de economias externas ao modo de produção capitalista. Claro que a perspectiva da autora é mostrar os limites e contradições crescentes deste processo, mas é preciso observar que toda a análise, no muito que tem de qualitativa, é fundamentalmente quantitativa.¹⁶

Do exposto, uma das questões que denota grande diferença em relação à obra de Rosa Luxemburgo é o empirismo de Lênin para apreensão e definição do imperialismo. A partir de uma série de dados econômicos o autor identifica o processo de concentração e centralização de capital pelo sistema financeiro; a partir de dados estatísticos apreende a formação de monopólios e a inversão de capital, principalmente na instalação e extensão de redes ferroviárias; a partir de dados numéricos aproxima-se do processo de concorrência econômica até a disputa em grande escala das grandes potências. Este salutar empirismo

¹⁶ Não fazemos referência aqui ao método da História Quantitativa, tomamos apenas o conceito como apresentado por Caio Prado Júnior.

permite identificar que a obra de Lênin se distancia da de Rosa Luxemburgo pela diferença no tempo de rotação do capital: enquanto para Rosa é a mercadoria que precisa converter-se em dinheiro para realizar mais-valia, para Lênin é mais-valia realizada e concentrada em sua forma dinheiro, sob controle bancário, que precisa decompor-se em capital constante e variável, para reprodução ampliada sob novas bases estruturais. Ou seja, a partir da utilização de uma série de fontes estatísticas, através da quantificação, percebe mudanças qualitativas na realidade, conforme reivindicado por Caio Prado e identificado por José Jobson de A. Arruda. A quantificação é um meio para apreensão de relações qualitativas, mas não é o mesmo que a qualificação. Esta exige relacionar as quantidades e diferentes qualidades em suas múltiplas e complexas relações, como fez Lênin ao identificar uma nova fase do capitalismo.

Esta precisão sobre o conceito de quantidade e qualidade e a relação que guardam entre si, remete-nos para a questão da apreensão da totalidade na História, reivindicada por Caio Prado Júnior e José Jobson Arruda. Por outro lado, Nicea Villela Luz e Carlos Manuel Peláez, ao problematizarem a utilização metodológica na aproximação da História com a Economia, remetem para a questão da necessidade da interdisciplinaridade. Neste sentido, tanto pela questão da especificidade do objeto da História, quanto pelo encontro e vicissitudes entre a História e a Economia que viemos acompanhando através dos diversos autores, podemos observar que os resultados da aproximação da História com a Economia, para além de resultados e perspectiva promissores, colocam em questão, não a História Econômica, mas os métodos e a própria História como campo definido do conhecimento nas relações que estabelece com outras ciências sociais na busca de uma intersubjetividade.

HISTÓRIA, ECONOMIA e INTERDISCIPLINARIDADE

À luz dos encontros entre a História e a Economia podemos identificar uma diversidade de métodos e procedimentos entre os distintos campos de conhecimento de difícil conversão. Esta dificuldade não se refere apenas ao encontro entre a História e a Economia, podemos verificar dificuldades na aproximação da História com o conjunto das ciências sociais.

Essa diversidade e o conflito das ciências sociais decorrem, contraditoriamente, da unidade e universalidade do seu objeto de estudo. As ações humanas, tomadas como objeto de estudo, constituem uma unidade fundamentada na diversidade de ações humanas. Assim, para apreender seu objeto de estudo, cada ciência social destaca, do conjunto de ações humanas (de sua unidade e universalidade), os elementos considerados relevantes para compreensão do objeto globalmente constituído. Esse processo de abstrações realizadas pressupõe a unidade do objeto de estudo e, para validar seus resultados, precisa remetê-los posteriormente à globalidade da qual é condição e condicionante, origem e resultado. Isto é, cada ciência social apreende a globalidade a partir do resultado das abstrações realizadas.¹⁷

Ora, a irredutibilidade de diferentes explicações da realidade social ocorre por motivos que, na verdade, são consequência da complexidade orgânica das sociedades. Cada ciência social cria seus mecanismos lógicos, partindo de determinações abstratas feitas da realidade sensível (que nos aparece como síntese). A partir das abstrações, são construídos modelos capazes de simplificar a realidade sensível e torná-la tangível ao entendimento. Confrontando-se diferentes modelos, percebemos incompatibilidade de perspectivas, devido ao que cada uma considera relevante no mecanismo de funcionamento social e devido também ao aprisionamento temporal e contextual desses modelos.

A unidade do objeto de estudo das ciências sociais suscitou, ao longo do século XX, uma busca contínua de um projeto unificador que tornasse redutíveis entre si os resultados das ciências sociais através de uma unidade epistemológica e uma linguagem universal. Essa busca, contudo, é constituída por uma série de iniciativas descontínuas no tempo e no espaço, na irregularidade e irredutibilidade de seus resultados.

A busca de uma síntese integradora que possibilite uma cognoscibilidade superior das sociedades humanas, na medida em que constatamos maior ou menor aproximação das ciências sociais de seu objeto de estudo, emerge como um problema e uma necessidade

¹⁷ “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”
“(…) Do mesmo modo que em toda ciência histórica e social em geral é preciso ter sempre em conta, a propósito do curso das categorias econômicas, que o sujeito, nesse caso, a sociedade burguesa moderna, está dado, tanto na realidade efetiva como no cérebro; que as categorias exprimem portanto formas do modo de ser, determinações de existência, freqüentemente aspectos isolados desta sociedade determinada, desse jeito, e que, por conseguinte, essa sociedade de maneira nenhuma se inicia, inclusive do ponto de vista científico, somente a partir do momento em que se trata dela como tal.” Marx, Karl. Para a Crítica da Economia Política. Tradução de Edgard Malagodi. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1996. pp 39 e 44.

contemporânea. A história, enquanto uma das ciências sociais, encarna, em si, esta necessidade.

Neste sentido, a história deve abordar a elaboração de uma intersubjetividade possível das ciências sociais a partir de seu próprio projeto existencial e filosófico. Ou seja, abordar o problema numa perspectiva histórica, enquanto disciplina que, como afirma Braudel, “pretende ser o estudo do presente pelo estudo do passado”,¹⁸ isto é, olhar o passado à luz dos problemas e necessidades do presente na perspectiva de que o passado ilumine a obscuridade presente.

Para elaboração de um campo de intersubjetividade partimos de referências históricas, ou seja, a história possibilita uma reflexão crítica desta busca contínua, ainda que constituída de projetos descontínuos. A própria concepção de uma busca contínua deriva de uma análise histórica e, concebendo-a como movimento contínuo,¹⁹ é possível estabelecer suas fases, experiências, resultados e a historicidade de cada uma delas, das contingências sociais e históricas que aproximou-as e afastou-as de seu propósito, ao exemplo do que fez Jobson Arruda para o desenvolvimento de sua crítica à História Quantitativa. Assim, podemos – e devemos – desenvolver uma história crítica da própria disciplina histórica neste projeto.

A história possibilita identificar o que há de plural e singular, geral e particular em cada fase deste movimento e, das evidências expostas destas múltiplas experiências, extrair o conhecimento que possibilite uma síntese superior para fixar parâmetros para o estabelecimento de uma intersubjetividade entre as ciências sociais.

Inicialmente, deparamos com um acúmulo expressivo de conhecimentos desenvolvidos pelas ciências sociais e a impossibilidade de confrontá-los e sintetizá-los em todas as suas expressões como gênese de uma epistemologia e linguagem comum. Decorre que, nas distintas áreas das ciências sociais, a produção do conhecimento é dinâmica e a apropriação e utilização dos seus resultados mais avançados por uma ciência social em particular, exige um sincronismo permanente, produto de um confronto e interação

¹⁸ Braudel, Fernand. “História e Ciências Sociais”. Editorial presença, 5ª edição. P. 137.

¹⁹ “Ela (a interdisciplinaridade) é efetivamente, inseparável de um projeto intelectual continuamente reivindicado na longa duração do século, mas descontínuo em suas realizações assim como em sua concepção.” Revel, Jaques. “História e Ciências sociais: uma confrontação instável” IN: Boutier, Jean & Julia, Dominique (org.) Passados Recompuestos: Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/FGV, 1998.

constante das distintas áreas do conhecimento. Desta forma, a perspectiva de unificação em torno da sociologia – que assentaria as bases epistemológicas e encerraria em si o projeto unificador – fracassou com o questionamento dos paradigmas sociológicos, com seu modelo de cientificidade baseado nas ciências nomológicas.²⁰

A partir do questionamento dos paradigmas sociológicos do início do século, o projeto integrador iniciado a partir de 1929 pelos *Annales* concebe o encontro interdisciplinar na complexidade do tempo social, deslocando o eixo de unificação de uma base epistemológica comum para o próprio objeto de estudo, reservando à história o lugar de síntese de organização dos saberes das ciências sociais. Ademais, como afirma Revel,

*“Resta o fato de que o programa de 1929 é o de uma dupla confrontação: por um lado, entre as múltiplas abordagens do presente, ilustradas pelas ciências sociais e que devem enriquecer os modelos de inteligibilidade do passado; e por outro, em sentido inverso, entre a experiência do passado e a interpretação do contemporâneo”.*²¹

A história, se pretende ser, numa das concepções de Braudel, “o estudo do presente pelo estudo do passado”,²² por outro lado é, também, o estudo do passado pelo estudo do presente. Ou seja, a história opera com o conhecimento socialmente desenvolvido e, neste sentido, apreende o passado à luz do presente, convertendo o resultado das ciências sociais em meios para seus fins (os fins da história). Disto deriva, inversamente, que também a história converte-se em meio para as demais ciências sociais. Essa “intervenção” do presente no passado – intervenção no sentido de utilizar os meios e necessidades do presente – na medida em que possibilita compreender melhor o passado e, simultaneamente, o presente, constitui, também, uma intervenção no presente. Buscar no passado a origem do “desenvolvimento” ou do Estado é, potencialmente, questionar o “desenvolvimento” e o Estado presente, para citar exemplo. Ademais, a história, ao operar e submeter os conhecimentos e os modelos das ciências sociais ao passado delimita suas dimensões e potencialidades. Os modelos, ainda que instrumentos legítimos de

²⁰ Braudel, Fernand. Op. Cit. p. 137

²¹ Revel, Jacques. Op. Cit. p. 84.

²² Braudel, Fernand. Op. Cit. p. 137.

sistematização do conhecimento, constituem expressão de um contexto social e histórico, convertendo-se apenas em elos pontuais de relação entre as ciências sociais.

Deste modo, reencontramos, sob a pressão de novas circunstâncias, o lugar da história numa perspectiva de integração entre as ciências sociais, expressa de forma sintética por Braudel: “A história aceita todas as lições de sua múltipla vizinhança e se esforça para repercuti-las”.²³

Nos anos 70 podemos identificar uma nova tentativa de reformular a distribuição de forças entre as ciências sociais. A associação da história com a antropologia e com a sociologia desloca o confronto entre as ciências sociais para uma integração das disciplinas cujas identidades perdem sua evidência. Gesta-se, então, uma multiplicidade de objetos e procedimentos no interior da história, afastando ainda mais a perspectiva de uma intersubjetividade entre as ciências sociais. A da própria história está, então, em questão.

*“A experiência dos anos 70 e 80 terá sido também a de uma maneira de confusão dos gêneros. Se nada, no fundo, distingue a história da antropologia ou da sociologia, qual pode ser o lucro tirado de seu confronto? É preciso tornar novamente possíveis entre elas 'diferenças de potenciais' (B. Lepetit), que garantiriam uma circulação efetiva fundada sobre a autonomia e sobre a diferença dos pontos de vista e dos procedimentos de trabalho. Não se trata então de tornar a compartimentar o espaço científico em nome dos particularismos disciplinares, mas sim de abrir nele uma pluralidade de projetos que não se recobrem um a outro”.*²⁴

Deste largo processo é possível apreender a relação dialética entre as ciências sociais - possível pela unidade de seu objeto de estudo – onde o resultado de uma converte-se em meio para as demais. Ou, como afirma de forma mais genérica Lucien Goldmann, o que é fim para o pesquisador é apenas meio para a humanidade.²⁵ Esta relação dialética torna compreensível a perspectiva de unificação durkheimiana expressa por Simiande de que *“Não há, por um lado, uma história dos fenômenos sociais e, por outro, uma ciência destes mesmos fenômenos. Há uma disciplina científica que, para atingir os fenômenos que*

²³ Braudel, Fernand. Citado por Revel, Jacques. Op. Cit. p. 85.

²⁴ Revel, Jacques. Op. Cit. p. 89.

²⁵ Goldmann, L. O pensamento histórico e seu objetivo, IN: Ciências Humanas e Filosofia: o que é sociologia? São Paulo: Difel, 8ª edição, 1980, pp. 17 e 18.

são objeto de estudo, se serve de um método, o método histórico” citado por Jacques Revel que, na seqüência, conclui: “A especificidade da história é então redefinida – e limitada: ela deve abrir a dimensão do tempo para a experimentação científica.”²⁶ Esta relação dialética expõe também o que Fernand Braudel concebeu como evidência do caráter “imperialista”²⁷ das ciências sociais e a necessidade de “um certo abandono do espírito nacionalista”, para o estabelecimento de uma intersubjetividade.²⁸

Apropriando-se de um termo de economia política para ilustrar a relação entre as ciências sociais, torna-se evidente que o imperialismo é expressão da relação desigual e combinada dos nacionalismos. A partir desta imagem, para além da relação entre a História e a Economia, é possível observar que o centro de gravidade e conflito nos distintos projetos desenvolveu-se sob o impacto do florescimento de uma determinada disciplina: o projeto durkheimiano coincidia com a exigência de uma cientificidade baseada no naturalismo do início do século XX; sob a crise dos paradigmas da sociologia, o projeto de 29 desenvolveu-se sob a expressão dos *Annales* e em 70, a antropologia sob a emergência do estruturalismo.

Depreende-se que é preciso reconhecer, a partir da análise do encontro entre História e Economia, a diversidade das ciências sociais na complexidade das sociedades humanas. Para estabelecer uma intersubjetividade torna-se necessário, portanto, normatizar e regulamentar as diferenças. Neste sentido, a história, concebida como o estudo das sociedades no tempo é ponto de partida para definição do que possui de peculiar e, ao mesmo tempo, comum com as demais ciências sociais: o estudo das sociedades humanas. Para a “redisciplinarização”²⁹ de que fala Revel é necessário, em relação as demais ciências sociais, reconhecer a particularidade da História e, ao mesmo tempo, opô-la a história da particularidade, ou seu processo de extrema especialização e fragmentação que constitui um entrave efetivo para o conhecimento e a circulação de conhecimento das sociedades humanas.

²⁶ Revel, Jacques. Op. Cit. p. 82.

²⁷ Braudel, Fernand. Op. Cit. p. 136.

²⁸ Braudel, Fernand. Op. Cit. p. 142.

²⁹ Revel, Jacques. Op. Cit. p. 89.

BIBLIOGRAFIA:

- Arruda**, José Jobson de A. "História e Crítica da História Econômica Quantitativa". Separata da Revista de História nº 110. São Paulo, USP, 1977. pp 463-481.
- Bouvier**, Jean. "O aparelho Conceptual na História Econômica". In: Silva, Maria Beatriz Nizza da, (org.). Teoria da História. São Paulo: Cultrix, 1976. pp. 135-151.
- Braudel**, Fernand. "História e Ciências Sociais". Editorial presença, 5ª edição.
- Cardoso**, Ciro F. S. e Brignolli, Hector. Os Métodos da História. 2º edição. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Furet**, François. "História Eventual e Historia Serial". In: : Silva, Maria Beatriz Nizza da, (org.). Teoria da História. São Paulo: Cultrix, 1976. pp. 66-72.
- Goldmann**, L. O pensamento histórico e seu objetivo, IN: Ciências Humanas e Filosofia: o que é sociologia? São Paulo: Difel, 8ª edição, 1980.
- Lenin**, Vladimir Ilitch, "O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo". 2ª edição, Centauro Editora, São Paulo, 2003.
- Luxemburg**, Rosa, "A Acumulação do Capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo" Tradução de Moniz Bandeira, 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Marx**, Kal. Para a Crítica da Economia Política. Tradução de Edgard Malagodi. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1996.
- Luz**, Nícia Villela & Peláez, Carlos Manuel. "Economia e História: O Encontro Entre Os Dois Campos de Conhecimento". IN: Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, Julho/Setembro de 1972, pp (?).
- Prado** Jr. Caio. "História Quantitativa e Método da Historiografia. Debate e Crítica, São Paulo, 6: 1-20, Julho de 1975.
- Revel**, Jaques. "História e Ciências sociais: uma confrontação instável" IN: Boutier, Jean & Julia, Dominique (org.) Passados Recompuestos: Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/FGV, 1998.
- Vilar**, Pierre. Desenvolvimento Econômico e Análise Histórico. Lisboa: Edi. Presença, 1982.